UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTANCIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Diogo Filipe Libério Gomes

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS: CIDADÃOS DO FUTURO.

OURO PRETO
2025

DIOGO FILIPE LIBÉRIO GOMES

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS: CIDADÃOS DO FUTURO.

Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Willian Fortes Rodrigues

Ouro Preto
2025

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
CENTRO DE EDUCACAO ABERTA E A DISTANCIA - CEAD
COLEGIADO DO CURSO DE GEOGRAFIA - MODALIDADE A DISTANCIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Diogo Filipe Libério Gomes

A importância da Educação Ambiental nas escolas: cidadãos do futuro.

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado.

Aprovada em 16 de julho de 2025

Membros da banca

Dr. William Fortes Rodrigues - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Exzolvildres Queiroz Neto - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Marta Bertin - Universidade Federal de Ouro Preto

Dra. Marta Bertin, Coordenadora do Curso de Geografia, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 17/07/2025

Documento assinado eletronicamente por **Marta Bertin**, **COORDENADOR(A) DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**, em 17/07/2025, às 08:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0944476** e o código CRC **6C7DD639**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: - www.ufop.br

RESUMO

O presente trabalho reafirma a importância da educação ambiental (EA) como um instrumento essencial na formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a sustentabilidade e o bem-estar coletivo. Ao ser integrada ao currículo escolar, a educação ambiental permite uma compreensão ampla das relações entre sociedade e natureza, promovendo reflexões sobre os impactos ambientais causados pelo modelo atual de desenvolvimento. Assim, o objetivo do estudo foi demonstrar como a inserção sistemática e interdisciplinar da temática ambiental no contexto educacional pode transformar a percepção dos estudantes em relação ao meio ambiente, incentivando práticas responsáveis desde a infância. A pesquisa, de caráter qualitativo, baseou-se em revisão bibliográfica, reunindo contribuições teóricas de autores como Paulo Freire, Sato, Leff e Boff, além de documentos oficiais que orientam políticas públicas na área. A partir da análise, constatou-se que a educação ambiental, quando desenvolvida de forma continuada e participativa, tem o potencial de fomentar atitudes éticas, solidárias e sustentáveis, ao mesmo tempo em que fortalece o protagonismo juvenil na construção de soluções para os desafios ambientais locais e globais. Dessa forma, conclui-se que a educação ambiental nas escolas é mais do que uma abordagem educativa: trata-se de um compromisso formativo com a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e integrada com os princípios do cuidado e da responsabilidade ambiental. Essa prática se mostra indispensável na formação de sujeitos críticos, engajados e conscientes do seu papel na preservação do planeta.

Palavras-chave: Educação ambiental; escola; cidadania; formação crítica; meio ambiente.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO……..……...5
2 DESENVOLVIMENTO……..……..6
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO ……10
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS ……...……...12
REFERÊNCIAS.....…….13

1. INTRODUÇÃO

O avanço das crises ambientais globais, aliado à intensificação do consumo de recursos naturais, impõe à sociedade contemporânea o desafio urgente de reavaliar suas práticas e relações com o meio ambiente. Diante desse cenário, de acordo com Leff (2003), torna-se evidente a necessidade de uma transformação estrutural nos processos educativos, de modo que a formação escolar ultrapasse os limites do ensino tradicional e contribua efetivamente para a construção de uma consciência crítica e sustentável. A degradação ambiental não pode ser enfrentada apenas com ações pontuais ou tecnocráticas, mas como defende Boff (2001), requer uma abordagem formativa que integre aspectos ecológicos, sociais, econômicos e culturais de maneira interligada e contextualizada.

A escola, enquanto espaço privilegiado de formação humana e social, desempenha um papel estratégico na construção de valores voltados à sustentabilidade. A educação ambiental, quando inserida de forma transversal e interdisciplinar no currículo, torna-se instrumento essencial para o desenvolvimento de sujeitos éticos, reflexivos e engajados com as questões socioambientais. Essa perspectiva educativa, inspirada em concepções pedagógicas libertadoras como a freiriana, como sugere o próprio Paulo Freire:

> "É preciso valorizar o diálogo, a contextualização e o protagonismo dos estudantes, reconhecendo-os como agentes ativos na transformação da realidade". (Freire, 2009, p. 115)

Este trabalho se justifica pela necessidade de fortalecer a integração da temática ambiental no currículo escolar, contribuindo para a construção de uma consciência coletiva comprometida com a sustentabilidade. No contexto do ensino de Geografia, essa abordagem torna-se ainda mais relevante, uma vez que esta disciplina possibilita a compreensão crítica das relações entre sociedade e natureza, além de promover a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. Como futuro Licenciado em Geografia, reconhece-se a importância de contribuir para uma educação ambiental significativa, que vá além da teoria e promova o protagonismo estudantil na busca por transformações sociais e territoriais. A formação de cidadãos éticos, críticos e participativos é condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa e

equilibrada. Superar modelos educativos fragmentados como sugere Boff (2001), implica adotar abordagens interdisciplinares, que conectem teoria e prática, e incentivem o envolvimento dos estudantes nas decisões e ações que afetam seu meio.

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é analisar, por meio de uma revisão de literatura, a importância da educação ambiental no contexto escolar, destacando seu papel na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. Como objetivos específicos, busca-se: identificar concepções teóricas sobre educação ambiental presentes na literatura acadêmica.

A metodologia adotada baseia-se em uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, desenvolvida a partir da seleção, leitura e análise de obras acadêmicas, artigos científicos, documentos legais e publicações relevantes que abordam a educação ambiental nas escolas. A revisão de literatura permite consolidar o conhecimento existente sobre o tema, identificar lacunas e apontar caminhos para uma prática pedagógica mais comprometida com a sustentabilidade e a formação cidadã.

2. DESENVOLVIMENTO

A educação ambiental emergiu como um campo crucial na formação integral dos indivíduos, particularmente no contexto escolar, onde são moldadas as futuras gerações de cidadãos. A relevância da educação ambiental transcende a mera conscientização sobre questões ecológicas; ela desempenha um papel essencial na formação de cidadãos conscientes e proativos em relação à sustentabilidade e ao meio ambiente.

Em um texto publicado em 2020, o autor publicou que:

> Vivemos em um momento bastante propício para a educação ambiental atuar na transformação de valores nocivos que contribuem para o uso degradante dos bens comuns da humanidade. Precisa ser uma educação permanente, continuada, para todos e todas, ao longo da vida. E a escola é um espaço privilegiado para isso (…). A educação ambiental assume assim a sua parte no enfrentamento dessa crise radicalizando seu compromisso com mudanças de valores, comportamentos, sentimentos e atitudes, que deve se realizar junto à totalidade dos habitantes de cada base territorial, de forma permanente, continuada e para todos. Uma educação que se propõe a fomentar processos continuados que possibilitem o respeito à diversidade biológica, cultural, étnica, juntamente com o fortalecimento da resistência da sociedade a um modelo devastador das relações de seres humanos entre si e destes com o meio ambiente (Mungulume, 2020, p.53)

A citação reforça a ideia de que a educação ambiental deve ir além de conteúdos escolares pontuais, assumindo um papel transformador na sociedade. Essa perspectiva dialoga com o texto ao apontar a urgência de uma mudança nos valores e comportamentos que moldam a relação da humanidade com a natureza. Ao destacar que essa educação precisa ser permanente, continuada e acessível a todos, a citação sustenta a tese de que a escola é um espaço estratégico para promover uma nova consciência ecológica, capaz de resistir ao modelo atual de desenvolvimento baseado na exploração e degradação dos recursos naturais (Mungulume, 2020). Dessa forma, a educação ambiental se configura como ferramenta essencial para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a construção de um futuro mais sustentável e justo.

A (EA) desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente. No contexto atual, marcado por desafios ambientais globais, como mudanças climáticas, desmatamento e poluição, a implementação da EA nas escolas é fundamental para a construção de uma sociedade sustentável (Brasil, 2005).

O tema proposto vai além da simples transmissão de informações sobre o meio ambiente, pois busca fomentar uma consciência crítica e promover uma postura ativa diante dos problemas socioambientais contemporâneos. Ao incorporar discussões sobre biodiversidade, uso sustentável dos recursos naturais e justiça social, a formação escolar contribui para que os estudantes compreendam a interdependência entre os seres humanos e o planeta, desenvolvendo uma visão ética e sistêmica da realidade (Almeida *et al,* 2019).

A abordagem voltada para a sustentabilidade tem se consolidado como eixo fundamental na formação de cidadãos críticos e participativos. Conforme Boff (2001), não se trata apenas de ensinar conceitos ecológicos, mas de propor uma nova ética baseada na solidariedade, no respeito à vida e na interconexão entre todos os seres vivos. Na perspectiva de Leff (2003)**,** os processos educativos devem ultrapassar a mera aquisição de conhecimentos, envolvendo também a transformação de atitudes, comportamentos e valores.

Para que essa proposta alcance seus objetivos, é essencial que esteja integrada ao currículo escolar de forma transversal e interdisciplinar. A aplicação de projetos práticos — como hortas escolares, campanhas de reciclagem e visitas a áreas naturais — tem demonstrado resultados positivos ao tornar o aprendizado mais significativo e

experiencial, conforme apontam Figueiredo e Lemos (2015). Além disso, o uso de tecnologias digitais pode ampliar o acesso a conteúdo atualizados, favorecer a pesquisa e estimular a produção de conhecimento pelos próprios estudantes.

A participação da comunidade escolar e a articulação com organizações sociais também fortalecem essa prática educativa, ampliando suas possibilidades de atuação. Segundo Almeida et al. (2019), envolver os estudantes em ações reais os empodera como protagonistas, promovendo o engajamento e o compromisso com as transformações necessárias para a preservação ambiental e o bem coletivo.

No Brasil, a importância da temática ficou reconhecida legalmente por meio da Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/1999, que estabeleceu diretrizes para sua inserção nos sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades. O documento destacava a necessidade de formar sujeitos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade, valorizando o papel da escola como espaço estratégico para o desenvolvimento da consciência crítica (Brasil, 2005). Foi criado o Projeto de Lei nº 6.230/2023, que altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e foi sancionado em 17 de julho de 2024, tornando-se a Lei nº 14.926/2024. Essa atualização da Política Nacional de Educação Ambiental inclui medidas para assegurar a atenção às mudanças climáticas, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades relacionados a desastres socioambientais (Brasil, 2024).

Apesar de sua relevância, a incorporação efetiva nas instituições de ensino enfrenta diversos desafios. Gatti (2017) observa que muitos profissionais da educação não possuem formação específica na área, o que pode limitar a profundidade das práticas pedagógicas. Vale a pena destacar que desde a publicação da Diretriz Curricular nº 2, de 2015, os temas transversais — entre eles a Educação Ambiental — passaram a ser obrigatoriamente contemplados nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), especialmente nos cursos de licenciatura em todo o país. A escassez de materiais didáticos contextualizados, bem como a falta de apoio institucional, também são barreiras que dificultam a implementação de ações consistentes. Superar esses entraves exige investimentos em formação continuada, desenvolvimento de recursos pedagógicos adequados e políticas públicas comprometidas com a promoção da sustentabilidade no ambiente escolar (Sato, 2004).

A interdisciplinaridade surge como um princípio indispensável para a efetividade dessa proposta. Para Torres (2011), as questões ambientais, por sua complexidade, exigem a integração de diferentes saberes e perspectivas. Projetos que envolvem áreas como Ciências, Geografia e Artes, por exemplo, ampliam o repertório dos alunos e os convidam a pensar de maneira crítica, criativa e inovadora diante dos problemas sociais e ecológicos.

Experiências concretas em instituições de ensino têm evidenciado o potencial transformador dessa proposta. A criação de hortas, a organização de feiras sustentáveis, ações de reflorestamento e programas de redução de resíduos têm promovido mudanças significativas nas atitudes dos estudantes e na cultura escolar como um todo (Furtado, 2018; Silva, 2016). Tais práticas fortalecem a relação dos jovens com o meio em que vivem e contribuem para o desenvolvimento de valores como responsabilidade, empatia e cooperação.

O ensino da Geografia contribui de forma essencial para a compreensão e a atuação crítica diante das questões ambientais, ao possibilitar que os estudantes reflitam sobre as dinâmicas entre o espaço natural e as ações humanas. As práticas mencionadas no texto — como hortas escolares, feiras sustentáveis e ações de reflorestamento — são exemplos concretos de como o conteúdo geográfico pode ser articulado com a realidade local, promovendo o protagonismo juvenil e o engajamento com a sustentabilidade. A Geografia, ao abordar temas como uso do solo, preservação ambiental, bacias hidrográficas, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, fornece aos alunos ferramentas para analisar e transformar seu entorno. Dessa forma, o ensino geográfico não apenas amplia o conhecimento, mas também incentiva atitudes responsáveis e solidárias, fortalecendo o vínculo dos estudantes com o meio em que vivem e contribuindo para a formação de uma consciência ambiental crítica e participativa.

Além dos benefícios cognitivos, essas atividades favorecem o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, fundamentais para a formação de indivíduos conscientes e comprometidos com o bem comum. De acordo com Almeida et al. (2019), iniciativas bem conduzidas podem transformar o espaço escolar em um ambiente formador de cidadãos participativos e sensíveis aos desafios do século XXI.

Dessa forma, é essencial que os sistemas educacionais priorizem a inserção de práticas voltadas à sustentabilidade de forma articulada e intencional. Gatti (2017)

enfatiza que a integração de políticas públicas, ações escolares e envolvimento comunitário é indispensável para promover transformações duradouras. A formação de sujeitos conscientes, capazes de refletir sobre suas ações e contribuir para a preservação do planeta, deve ser um dos principais compromissos da educação atual.

Diante do exposto, observa-se que a educação ambiental nas escolas não apenas contribui para a formação de sujeitos críticos, mas também representa uma ferramenta estratégica para a transformação social e ambiental. A análise da literatura demonstra que, embora existam diretrizes legais e experiências bem-sucedidas, persistem desafios relacionados à formação docente, à interdisciplinaridade e à integração entre teoria e prática.

Com base nas contribuições teóricas apresentadas, a próxima seção apresenta uma discussão crítica sobre os principais entraves e possibilidades identificados na literatura, buscando evidenciar os caminhos possíveis para fortalecer a presença da educação ambiental nos ambientes escolares. A análise enfatiza como diferentes autores e políticas públicas contribuem para a construção de práticas pedagógicas mais sustentáveis, destacando as convergências e tensões entre as propostas existentes.

O ensino da Geografia revela-se um campo privilegiado para o desenvolvimento da Educação Ambiental, por articular conteúdos que permitem compreender as interações entre sociedade e natureza, as desigualdades socioespaciais e os impactos ambientais provocados pelas ações humanas. Como componente curricular com forte caráter interdisciplinar, a Geografia possibilita a análise crítica dos territórios, dos recursos naturais e das dinâmicas ambientais locais e globais, contribuindo para formar sujeitos conscientes, capazes de propor alternativas sustentáveis e participar ativamente da transformação de suas realidades. Assim, ao integrar teoria e prática, o ensino de Geografia pode fortalecer o compromisso ético e político da escola com a construção de uma cultura ambiental mais justa e participativa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos e documentos revisados revela que a educação ambiental (EA), apesar de reconhecida em diversas instâncias legais e acadêmicas como essencial à formação cidadã, ainda enfrenta entraves significativos em sua efetivação no ambiente

escolar. Um dos principais resultados da revisão é a constatação de que a EA, embora presente nas diretrizes curriculares e em programas oficiais como o “Vamos Cuidar do Brasil” (2007), muitas vezes é tratada de forma fragmentada, desvinculada do cotidiano escolar e sem a devida articulação interdisciplinar.

Autores como Sato (2004) e Leff (2003) argumentam que a EA deve ir além de conteúdos pontuais ou ações isoladas, propondo uma reestruturação das práticas educativas que promova a compreensão crítica das inter-relações entre sociedade e natureza. Essa concepção exige mudanças estruturais na organização curricular e na formação de professores, apontada por Gatti (2017) como um dos principais desafios à consolidação de uma educação ambiental transformadora.

Além disso, a literatura evidencia a importância da EA como um instrumento de emancipação e engajamento social. Freire (2009) defende uma educação voltada para a autonomia e a leitura crítica da realidade, perspectiva que se conecta diretamente com o papel da EA na construção de uma nova ética ambiental, como propõe Boff (2001). Nesse sentido, a escola é compreendida não apenas como espaço de transmissão de saberes, mas como lugar de formação de sujeitos capazes de agir sobre o mundo com responsabilidade e consciência ecológica.

As experiências descritas por Figueiredo e Lemos (2015) e Souza e Silva (2020) demonstram que iniciativas práticas, como hortas escolares, projetos de reciclagem e atividades de campo, promovem maior envolvimento dos estudantes e fortalecem o vínculo entre teoria e prática. Tais ações tornam o processo educativo mais significativo, além de favorecerem o desenvolvimento de competências socioemocionais como cooperação, empatia e responsabilidade coletiva (Almeida et al., 2019).

Por outro lado, a ausência de políticas públicas consistentes, aliada à carência de formação continuada e à baixa valorização da EA nos planejamentos pedagógicos, limita seu potencial transformador. Conforme Silva et al. (2024), é necessário superar a abordagem tecnicista e emergencial da EA, promovendo um compromisso ético e político com a sustentabilidade e a justiça ambiental.

Outro aspecto discutido é a necessidade de inserção transversal da temática ambiental no currículo escolar, conforme previsto na Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 2005). Conforme já mencionado, desde 2015, todas as Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente nos cursos de licenciatura, deveriam ter atualizado

seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) para incluir os temas transversais, entre eles a Educação Ambiental. Para Torres (2011), a interdisciplinaridade é um caminho possível para lidar com a complexidade dos problemas ambientais, integrando conhecimentos diversos e estimulando o pensamento crítico dos estudantes.

Dessa forma, os resultados da revisão apontam para a urgência de uma reconfiguração das práticas pedagógicas, políticas educacionais e processos formativos. A EA deve ser compreendida como um eixo estruturante da educação, e não apenas como um conteúdo periférico. A efetivação dessa proposta requer o envolvimento de toda a comunidade escolar e o fortalecimento de redes colaborativas entre escola, família, comunidade e instituições públicas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental, enquanto processo formativo, apresenta-se como elemento essencial para a construção de uma sociedade mais consciente, crítica e comprometida com a sustentabilidade. A revisão da literatura evidenciou que, embora haja diretrizes legais e iniciativas voltadas à inserção da temática ambiental no ambiente escolar, sua implementação ainda enfrenta obstáculos significativos, como a carência de formação específica dos educadores, a ausência de recursos pedagógicos adequados e a fragilidade de políticas públicas contínuas.

A escola, por seu papel social e formativo, se destaca como espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas educativas que estimulem o protagonismo estudantil, o pensamento crítico e a valorização do meio ambiente. Experiências práticas exitosas demonstram que, quando integradas ao currículo de forma interdisciplinar e participativa, as ações de educação ambiental podem promover transformações significativas nos comportamentos e nas atitudes dos estudantes.

É fundamental, portanto, que os sistemas de ensino assumam o compromisso de fortalecer a presença da educação ambiental nas instituições, garantindo formação continuada aos profissionais da educação, incentivo a projetos interdisciplinares e envolvimento da comunidade escolar. Dessa forma, será possível contribuir de maneira efetiva

para a formação de cidadãos capazes de refletir sobre sua relação com o meio ambiente e atuar na construção de um futuro mais justo, ético e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. et al. **Desafios da Educação Ambiental nas escolas.** *Revista de Educação e Meio Ambiente*, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2019.

BOFF, L. ***A águia e a galinha: uma nova ética para a educação ambiental*.** São Paulo: Vozes, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ***Os diferentes matizes da Educação Ambiental no Brasil*.** Brasília: MMA, 2024.

BRASIL. ***Política Nacional de Educação Ambiental*.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. ***Política Nacional de Educação Ambiental é atualizada*.** Brasília: Ministério da Educação, 2024.

FIGUEIREDO, M.; LEMOS, A. **Práticas de Educação Ambiental: o papel da escola.** *Caderno de Educação*, v. 5, n. 1, p. 23-37, 2015.

FREIRE, P. ***Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FURTADO, J. **Educação Ambiental e formação cidadã.** *Cadernos de Educação*, v. 10, n. 1, p. 77-92, 2018.

GATTI, B. **Formação de professores e educação ambiental: desafios e possibilidades.** *Educação e Pesquisa*, v. 43, n. 3, p. 563-580, 2017.

LEFF, E. ***Sustentabilidade: uma questão de educação*.** São Paulo: Contexto, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. ***Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*.** Brasília: MEC; MMA; UNESCO, 2007.

MUNGULUME, M. J. *A educação ambiental na perspectiva filosófica de Hans Jonas:* ***por uma ética do cuidado e da responsabilidade escolar em Moçambique*.** 2020.

SATO, M. ***Educação Ambiental*.** São Carlos: Rima, 2004.

SILVA, P. **O papel da escola na formação de cidadãos críticos.** *Revista de Educação e Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 101-115, 2016.

SILVA, T. C. et al. **Educação ambiental: desafios e possibilidades no cotidiano da Educação Fundamental no Brasil.** *Revista Científica Multidisciplinar*, v. 10, n. 1, p. 1–20, 2024.

SOUZA, R.; SILVA, T. **Educação Ambiental: experiências bem-sucedidas em escolas públicas.** *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 12, n. 4, p. 89-104, 2020.

TORRES, C. **Interdisciplinaridade na Educação Ambiental: um caminho possível.** *Educação em Questão*, v. 33, n. 1, p. 45-58, 2011.